

Qualidade na educação na perspectiva da inclusão

Quality education in the perspective of inclusion

Bruna Pereira Alves Fiorin

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Brasil.

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Brasil.

Resumo

O artigo tem por objetivo conhecer os conceitos recorrentes de qualidade na educação para estabelecer relações com os preceitos de uma educação inclusiva. Partiu-se dos dados coletados com uma enquete direcionada a professores, cujos resultados foram tratados por meio da análise de conteúdo. Salientou-se conceitos e diferentes concepções sobre qualidade, relacionando-as com a inclusão educacional de pessoas com deficiência. Conclui-se esse estudo ressaltando que a qualidade na educação, por não ser influenciada por um único fator, está relacionada às melhorias na vida de todas as pessoas, e que, para efetivar a inclusão educacional, a intervenção do fator humano é imprescindível.

Palavras-chave: qualidade; deficiência; educação; inclusão.

Abstract

The article aims to understand the recurring concepts of quality in education to establish relations with the precepts of inclusive education. It started from the data collected in a survey directed at teachers, whose results were processed through content analysis method. It was emphasized concepts and different conceptions of quality, relating them to the educational inclusion of people with disabilities. It concludes the study highlights that the quality of education, since it is not influenced by a single factor, is related to life improvements of all people, and to effect educational inclusion, the intervention of the human factor is essential.

Keywords: quality; disabilities; education; inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O tema qualidade na educação é, de forma reiterada, objeto de estudo e análise pelos profissionais da educação e também de outras áreas do conhecimento, principalmente, da administração, dado os preceitos que emanam da semântica da expressão. A qualidade foi definida por princípios básicos de eficiência e racionalização, e mantém-se recorrente como consequência dos permanentes desafios sociais, econômicos, políticos e humanos.

A qualidade na educação não pode ser tratada apenas como um conceito ou uma meta, mas um processo que se constrói em meio a um contexto específico que demanda desenvolvimento e deseja a excelência. Nardi, Schneider e Rios (2014) reforçam esse debate contínuo sobre o tema, tendo em vista as diferentes determinações que afetam as condições de ensino e que dizem respeito a fatores de ordem intra e extraescolares. Os autores ressaltam que “[...] o referencial de qualidade de maior força no contexto das recentes políticas educacionais é o expresso pelo Ideb, que combina dois indicadores de natureza quantitativa (aprovação e desempenho) e ancora-se em um sistema de avaliação externo à escola.” (NARDI; SCHNEIDER; RIOS, 2014, p. 360).

130

Resgatando algumas políticas públicas voltadas à educação, pode-se observar a qualidade como questão recorrente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, em seu Art. 2º, Inciso IX, afirma que um dos princípios do ensino é “[...] garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996). O Art. 206 da Constituição Federal de 1988, em seu Inciso VII, faz a mesma afirmação. A Declaração Mundial de Educação para todos (UNESCO, 1990), em seu Preâmbulo, destaca que “[...] a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível”. Em seu Art. 3º, a Declaração apresenta ainda que: “A Educação Básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades”. Ainda no Artigo 3º, evidencia-se que “A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo”.

Mas o que envolve essa qualidade? Quais os fatores que contribuem para a qualidade na educação? Essa qualidade é influenciada pela infraestrutura, pelo trabalho dos professores, condições de trabalho destes profissionais, recursos didáticos, pelo investimento nas escolas? É possível uma educação de qualidade para todos?

No que tange à qualidade na educação para todos, encontra-se na política de inclusão educacional um dispositivo reforçador de práticas que remetem à permanente necessidade de construir e aplicar ações que garantam o acesso de todos à formação educacional nas diferentes modalidades e níveis de ensino, bem como “[...] a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização e da modalidade de educação de jovens e adultos, além da construção da gestão democrática da escola” (BRASIL, 2013, p.7). Tais proposições políticas requerem uma gama de ações que nem sempre estão efetivadas nas instituições educacionais.

Os princípios que pautam a inclusão educacional parecem ainda não terem sido completamente alcançados, haja vista que mesmo com a democratização do acesso às redes educacionais (BRASIL, 2008, 2015), persiste a vigência de uma visível contradição, qual seja: a inclusão/exclusão. Isto é, muitas pessoas, com e sem deficiência, ainda ficam fora dos processos de escolarização. No mundo, a discussão em torno da inclusão teve impulso com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Contudo, mais de duas décadas já se passaram e se constata que ainda existem questões a serem efetivadas no âmbito educacional.

No Brasil, a educação inclusiva ganhou força, principalmente, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esta política fundamenta-se nos princípios dos direitos humanos datados do ano de 1945, o que, ao menos cronologicamente, precede qualquer documentação legal sobre o tema. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), ao atualizar vários conceitos e regramentos apresentados em outros documentos legais, defende a inclusão social e a cidadania. Com efeito, as convenções, cartas, políticas e demais documentações são os subsídios que possibilitaram efetivar práticas contundentes para a inclusão das pessoas com deficiência em todo o mundo. Conforme o exposto no Art. 2º desta Lei, a pessoa com deficiência é aquela com “[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Realizando uma análise das políticas educacionais de inclusão, de acesso e permanência às pessoas com deficiência, que se aplica desde a Educação Básica até a Educação Superior, pode-se questionar até que ponto a inclusão de pessoas com deficiência segue uma perspectiva de qualidade na educação (PLETSCH, 2011). O fato das pessoas terem garantido seu acesso e permanência nas instituições de ensino, não lhes assegura qualquer tipo de aprendizagem e qualidade na educação. No caso das pessoas com deficiência, na maior parte das vezes, são necessários vários tipos de adequações e acessibilidades pedagógicas, de comunicação e mobilidade. Para tanto, mesmo que políticas e ampla gama de documentos legais venham fortalecendo a inclusão educacional, muitas outras ações e reflexões são necessárias.

Entende-se que todas as pessoas possam aprender e obter um desempenho acadêmico satisfatório, sendo necessário, para isso, que haja qualidade. Os conceitos e diferentes compreensões de qualidade podem obter uma variância funcional que se deve principalmente ao contexto em que se aplica o conceito de qualidade. Contudo, existe certo consenso em entender qualidade como algo que atende de modo satisfatório aos propósitos desse contexto ou produto. No caso da educação, geralmente entende-se que para se ter qualidade é preciso que haja profissionais com formação adequada ou especializada para o atendimento aos estudantes, que os currículos sejam abertos com possibilidades de adaptação ou suplementação, quando necessário, entre outros.

132

Além disso, no que tange a recursos materiais, muitas outras questões podem vir à tona, isso porque os recursos necessários ao atendimento das pessoas com deficiência são muito específicos e diversos, pois estão na dependência das necessidades de cada sujeito. Além de possuir o recurso, é preciso saber como usá-lo no trabalho pedagógico com esses estudantes. O professor pode possuir, por exemplo, softwares e materiais impressos em Braille, e não saber como utilizá-los com o estudante cego.

Casos mais específicos de estudantes com deficiência podem ainda ser discutidos. Observe-se o caso de um estudante com deficiência física. Não considerando os motivos que levaram à deficiência, pode-se conduzir a constatação de que esse estudante precisaria apenas ter sua locomoção e mobilidade nos espaços educacionais facilitado. Contudo, uma vez que dificultada essa necessidade, outras podem ser desencadeadas, tais como a socialização, seguida da dificuldade para aprender, que, por sua vez, remete a uma concepção integralizada de ações pedagógicas. Logo, nesse caso, a qualidade na educação poderia ser

questionada. Para Alves (2007, p. 537) “[...] a evolução da qualidade da educação nesta perspectiva integradora leva a uma discussão não só dos resultados encontrados, mas também dos procedimentos metodológicos envolvidos”.

O estudante surdo ou com deficiência auditiva requer, em muitos casos, um profissional intérprete da língua brasileira de sinais (Libras), que nem sempre está disponível nas instituições de ensino. Outro exemplo válido são as pessoas cegas, que enfrentam a inexistência de mapas tátil ou softwares específicos para o acesso aos materiais em Braille, o que dificulta, assim, a aprendizagem. Nessas duas situações a qualidade na educação pode ser considerada inexistente. Esses casos apresentados que envolvem deficiências sensoriais e motoras podem indicar de forma mais clara as necessidades de aprendizagem e o uso dos recursos ou suportes necessários ao seu atendimento. Entretanto, quando se depara com os estudantes que se enquadram nos Transtornos do espectro do autismo, torna-se mais complexa a análise de necessidades na direção do alcance da qualidade na educação.

Diante do exposto, configurou-se o seguinte problema: quais os fatores que influenciam a qualidade na educação? O objetivo do estudo consiste em conhecer quais são os conceitos recorrentes de qualidade na educação para estabelecer relação destes com os preceitos de uma educação inclusiva.

2. METODOLOGIA

O estudo desenvolvido é do tipo qualitativo, com a utilização de enquete. A abordagem metodológica proposta por Pinsonneault e Kraemer (1993) compreende que no caso do uso da enquete deve-se considerar basicamente três indicadores: descrição quantitativa, análise de relações entre variáveis, e destacar projeções da população em estudo. Para esta pesquisa utilizou-se uma enquete descritiva, que visa informar opiniões da população investigada sobre determinado fenômeno (PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993). Os autores destacam que a utilização da pesquisa por enquete é indicada quando as questões de pesquisa conduzem a responder: ao quê, ao porquê se dá e ao como se dá o evento estudado. Acrescentam ainda que a coleta de dados deve ocorrer no campo presente e natural da população investigada. Por isso, optou-se em realizar a coleta de dados em um evento na modalidade seminário na área da educação, em que participaram cerca de 160 professores implicados nas ações e conceitos

da educação inclusiva. A fonte de coleta de dados - sujeitos que participam de um evento do tipo seminário na área da educação - foi considerada fértil por entender que tais sujeitos estariam sensibilizados à causa da educação.

Os participantes do referido seminário foram convidados a responder a questão "O que é qualidade na educação?". Os interessados, cerca de 15% dos participantes, responderam espontaneamente e depositaram sua resposta, sem qualquer identificação, em uma urna posicionada em lugar visível e de fácil acesso durante os três dias do evento. Como os participantes não foram identificados, optou-se por fazer referência a suas respostas por um número (Exemplo: Professor 01) subsequentemente.

A análise dos dados aconteceu utilizando a literatura específica da área da qualidade na educação e a partir da Análise de Conteúdo com base em Bardin (2011), que possibilita trabalhar com categorias *a priori* e/ou com as categorias que surgirem no momento das análises. Nesse caso, optou-se por trabalhar com as categorias que resultaram do processo de análise. O tratamento dos dados, após coleta, foi realizado por meio da *unidade de contexto*, cujo processo analítico ponderou as seguintes enumerações: frequência, ordem e associações.

134

3. A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como questão central: "O que é qualidade na educação?". Essa questão foi elaborada intencionalmente na forma genérica, tendo em vista a extração de categorias temáticas que possibilitassem a análise direta e projetiva para a educação inclusiva. A partir da análise realizada se constatou que os participantes direcionaram suas respostas para cinco categorias principais: novos conhecimentos/ aprendizagens; políticas públicas; formação de professores/ ensino; estudantes; infraestrutura.

Com base nessas categorias foi possível listar dados que se agruparam a partir de duas condições: *Fatores que influenciam a qualidade na educação* e *A qualidade na educação enquanto conceito* (Tabela 1).

TABELA 1

Qualidade na Educação

Qualidade na educação - fatores que influenciam	Qualidade na educação – conceito
<ul style="list-style-type: none"> — políticas públicas adequadas para sua efetivação; — boa formação de professores/ capacitação; — valorização do profissional docente, melhor remuneração; — estudantes envolvidos com o processo de aprendizagem; — infraestrutura, materiais/ recursos e espaços adequados ao ensino e aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> — educação que proporciona novos conhecimentos e aprendizagens; — ensino de qualidade; — educação que promove o desenvolvimento do estudante.

Fonte: Enquete realizada com professores em seminário de educação (2013).

Observando os dados presentes na tabela, evidencia-se importante preocupação com as ações a serem desenvolvidas para que a qualidade na educação se efetive, ou seja, quais fatores influenciam a qualidade na educação, e o que, realmente, os participantes compreendem que é qualidade na educação.

A maior parte dos participantes acredita que a qualidade na educação está diretamente relacionada ao trabalho e formação dos professores: “[...] é valorizar o docente [...]. A qualidade se revela nas práticas inovadoras que respeitam a caminhada dos sujeitos aprendentes e mobilizam a reflexão, a discussão e a proposição de novas perspectivas” (Professor 13); “[...] é ter professores capacitados”. (Professor 02). Tal compreensão remete à qualidade na educação com uma localização claramente identificada no sujeito da ação educativa - o professor.

A qualidade perpassa a formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, e o modo como desenvolvem seu trabalho no processo de ensino e aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394 de 1996, em seu Artigo 61, apresenta os fundamentos da formação dos profissionais da educação. São eles: “I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”. (BRASIL, 1996, p. 22).

Espera-se, então, professores com formação condizente ao contexto atual em que se encontra a escola, a universidade e os estudantes. Que considerem suas experiências, mas não fiquem restritos a elas. Que busquem constante atualização a fim de acompanhar a sociedade contemporânea, cada dia mais tecnológica e digital. Tal como expôs Silva (2000, p. 90), “[...] os desafios de uma sociedade em contínua mudança apresentam novas exigências, tanto a cidadãos individualmente considerados, quanto aos sistemas organizacionais, e reclamam respostas adequadas [...]”. Santos e Sousa (2011) também mostraram que no atendimento às pessoas com deficiência é preciso mais do que buscar atualização, é preciso favorecer, do mesmo modo, a inclusão digital. Para além disso, o acesso deve “incluir a eliminação de barreiras arquitetônicas, equipamentos e programas adequados, além da apresentação de conteúdos em formatos alternativos” (p. 79).

Deste modo, a formação inicial, tanto quanto a formação continuada dos profissionais da educação, influenciam diretamente no trabalho desenvolvido por eles frente a uma sociedade em transformação constante, ainda mais quando considera-se a inclusão e sua efetivação no contexto educacional.

136

O professor precisa conhecer os estudantes e suas especificidades, principalmente no contexto da inclusão. Se a formação dos professores é considerada um dos principais fatores que corroboram para a qualidade na educação, é importante investir em uma formação que vise a essa qualidade no trabalho com os estudantes incluídos também.

A segunda categoria mais abordada foi o envolvimento dos estudantes no processo de aprendizagem: “Aprendentes co-responsáveis” (Professor 12); “Qualidade na educação [...] é quando a mesma alcança plenamente os seus objetivos, ou seja, contribui para a formação profissional e vai além disso, contribuindo para o desenvolvimento pessoal do estudante”. (Professor 17).

A democratização do ensino e a participação dos estudantes não se dá apenas garantindo o acesso, requer, conforme Dourado (2007, p. 940), “[...] sua oferta com qualidade social, para otimizar a permanência dos estudantes e, desse modo, contribuir para a melhoria dos processos formativos e a participação cidadã”. Desta forma, ao pensar a inclusão, compreende-se que, além do acesso, é necessário um trabalho que colabore para a permanência, desenvolvimento e participação dos estudantes com deficiência nos espaços de ensino.

A terceira categoria recorrente foi a infraestrutura: “A qualidade na educação é ter [...] escolas mais bem assistidas, com materiais para poder desenvolver o aprendizado, ou seja, o ensino-aprendizagem”. (Professor 9). Quando se refere à infraestrutura na perspectiva da inclusão é preciso ir além de um espaço e materiais adequados, é necessário que eles sejam adaptados. A instituição precisa ser acessível às pessoas com deficiência. O Decreto Nº5.296/04, em seu Capítulo III, apresenta as condições gerais de acessibilidade, destacando, no Artigo 8, inciso I, que se considera acessibilidade: “[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida”, de todos os espaços em que as pessoas vivem e dos recursos por elas utilizados (BRASIL, 2004, p. 3). Isso inclui o que se denomina de acessibilidade arquitetônica, urbanística, nas comunicações e transportes.

A quarta categoria apontada pelos participantes relacionava-se às políticas públicas: “Qualidade na educação é ter [...] governo justo, propondo políticas públicas que qualifique e não quantifique a educação” (Professor 2); “É ter ótimas políticas públicas e projetos que saiam do papel para serem implantados [...]”. (Professor 9). Essas questões encontram sentido no que foi pensado por Dourado (2007) ao tratar a qualidade na educação com base nas condições de acesso e permanência. O autor destaca a necessidade de verificar e intervir no plano das políticas de gestão, pois somente por meio delas é que as ações propositivas poderão contribuir efetivamente com dispositivos de mudança do cenário educacional.

As políticas apontam o caminho para a qualidade da educação e para a inclusão de pessoas com deficiência, mas algumas propostas ainda precisam sair do papel e se transformar em ações. A própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem por objetivo o acesso e a plena participação dos estudantes público alvo da educação especial “[...] orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2010, p. 19), não tem alcançado a dimensão que se esperava. Além disso, resultados de pesquisas apontam que “[...] apesar da ampliação dos investimentos nos últimos anos e dos avanços no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [...], ainda enfrentamos problemas significativos para garantir a qualidade da escolarização oferecida nas escolas [...]” (PLETSCH, 2011, p. 40).

A última categoria mencionada está relacionada ao conhecimento/ à aprendizagem. Esta categoria é uma das mais importantes ao se pensar a qualidade na educação e está direcionada a “[...] conhecimentos novos, despertando curiosidade para se ir além do aprendido” (Professor 1); É aquela “[...] que nos instiga a buscar novos conhecimentos. É aquela que nos abre novos horizontes”. (Professor 14).

Dourado (2007, p. 940) afirma que o investimento em Educação Básica tendo como parâmetro a qualidade “[...] de suas diretrizes, metas e ações e conferindo a essa qualidade uma dimensão sócio-histórica e, portanto, inclusiva, é um grande desafio para o país, em especial para as políticas e gestão desse nível de ensino”. Afinal, como defendem Netto e Oliveira (2011, p. 86), a promoção da qualidade não envolve apenas

[...] a competência técnica e científica dos saberes, mas também proporcionar a acessibilidade de minorias discriminadas na sociedade, a inclusão de deficientes em espaços institucionais, a universalização do ensino para todos, além da pluralidade de crenças, culturas e ideias. É promover uma educação comprometida com o desenvolvimento humano e socialmente responsável com as transformações necessárias para uma sociedade livre e autônoma.

138

Ou seja, se a qualidade da educação já é, por si só, um grande desafio, ele fica ainda maior quando se pensa a inclusão e a aprendizagem dos estudantes com deficiência tendo a qualidade como parâmetro. Dourado e Oliveira (2009) destacam que qualidade é um conceito histórico que se altera no tempo e no espaço. Diferentes são os condicionantes históricos e sociais que intervêm sobre os conceitos e práticas de qualidade no âmbito educacional, haja vista que “[...] devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem [...]”, entre outros elementos que compõem o cenário educacional (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 205).

Os autores reforçam que a qualidade na educação não depende apenas do que acontece em sala de aula, mas que o importante é considerar os fatores internos e externos à instituição, que interferem no contexto educacional. A análise desenvolvida seguiu esse mesmo caminho, apresentando alguns fatores que, segundo os participantes, estão diretamente ligados à qualidade na educação e que não estão presentes apenas na sala de aula. São eles: formação inicial e continuada de professores que contribuam para um ensino de qualidade; envolvimento dos estudantes no processo de aprendizagem; infraestrutura adequada e adaptada em sua totalidade; políticas públicas que correspondam às

necessidades educacionais; novos conhecimentos/aprendizagem. A percepção que se tem em relação à qualidade vai, assim, ao encontro da compreensão de Gadotti (2013, p. 2), que relaciona a qualidade às melhorias na vida de todas as pessoas, assegurando que “não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela”.

É senso, então, que um conjunto de fatores influenciam e colaboram para a qualidade na educação. Não é possível pensar apenas a sala de aula, o professor, o estudante. É necessário ir além e buscar respostas para essa qualidade na educação também fora da escola, onde, muitas vezes, parece que a inclusão e participação das pessoas com deficiência é ainda mais limitada.

4. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, QUALIDADE TOTAL E O TRABALHO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Anteriormente, mencionou-se os diversos fatores que influenciam ou contribuem para a qualidade na educação. Contudo, acredita-se ser importante discutir um destes fatores (trabalho dos professores/ ensino) um pouco mais, já que ele orienta e organiza as ações em sala de aula e na escola, direcionando-se diretamente à aprendizagem dos estudantes.

Drugg e Ortiz (1994) contribuem com o conceito de qualidade, abordando-a como qualidade total, que aproximada ao âmbito educacional faz uma comparação entre os paradigmas que cercam a qualidade como teoria e prática e listam uma série de pressuposições, tais como: o agir atento, criterioso, aberto a novos conceitos e concepções, corajoso e preocupado com o desempenho das pessoas. Estabelecem conceitos e ações relacionados a uma aprendizagem do tipo flexível, baseada em uma concepção humana e em um processo dinâmico. Entende-se, assim, que os professores que atendem estudantes com deficiência precisam desenvolver um aparato técnico-científico e relacional que permita que a educação para as pessoas com deficiência seja com qualidade total.

Drugg e Ortiz (1994) destacam, também, a determinação como um dos suportes da qualidade. Na educação, observa-se que a determinação pode englobar características que vão além do conhecimento científico. A determinação implica em características de personalidade associadas a oportunidade que o contexto proporciona. Por essa razão, Drugg e Ortiz (1994) descreveram alguns tipos

interpessoais considerando que, na gestão da qualidade total na educação, a presença de um líder é sempre marcada por um tipo específico de comportamento, que vai determinar o alcance da qualidade. Na análise da qualidade na educação é o professor que desempenha esse papel de líder, principalmente, no âmbito da sala de aula.

Ainda em relação à atuação de profissionais no âmbito educacional, uma análise com os pressupostos de qualidade total na educação faz um contraponto com os Indicadores de potencial para a qualidade definidos por Drugg e Ortiz (1994). São eles:

- Iniciativa
- Dinamismo
- Perseverança
- Resistência a stress
- Competência interpessoal
- Comunicação
- Adaptabilidade
- Liderança
- Visão global
- Imaginação realística
- Planejamento/organização/controle
- Tomada de decisão
- Motivação para o trabalho
- Motivação para o autodesenvolvimento

140

A sistematização dessas dimensões para análise da qualidade na educação contribui para que se possa identificar e enfrentar os principais desafios a serem oportunizados e os fatores que precisam ser melhorados, principalmente, ao considerar a docência com os estudantes com deficiências. Entende-se que o fato “[...] de ‘estar na escola’ (ingresso e permanência) apareça como garantia da diminuição das desigualdades sociais, o que serve para “abafar” o debate sobre a finalidade e a baixa qualidade de aprendizagem [...]”. (PLETSC H, 2011, p. 40). Ou seja, o fator humano e o conhecimento científico na atividade docente na perspectiva da inclusão educacional, como já exposto, são fundamentais, não bastando apenas acolher e dar a oportunidade de ingresso a esses estudantes. Dourado (2007, p. 940) corrobora com esta compreensão afirmando que a qualidade da educação “[...] implica assegurar um processo pedagógico

pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social [...]”, corroborando para a aprendizagem dos estudantes articulada a melhores condições de vida e de formação dos cidadãos.

5. CONCLUSÃO

Buscando atender às prerrogativas das políticas de inclusão educacional que versam sobre o acesso, permanência e aprendizagem de todas as pessoas com deficiência aos diferentes níveis de ensino, esse artigo teve por objetivo conhecer quais são os conceitos recorrentes de qualidade na educação para estabelecer relações destes com os preceitos de uma educação inclusiva.

Destacou-se, no discurso dos participantes desta pesquisa, que um conjunto de fatores influenciam e colaboram para a qualidade na educação, dentre eles, os novos conhecimentos e aprendizagens, a efetivação de políticas públicas, a formação de professores e o ensino flexível e dinâmico, o engajamento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, a infraestrutura adequada às especificidades dos estudantes.

Os conceitos sobre a qualidade na educação abarcam diferentes posições e concepções teóricas que procuram atender, em sua maioria, a pertinência sobre recursos e serviços direcionados a necessidades muito específicas. No caso do atendimento às pessoas com deficiência, tal entendimento recai, na maioria das vezes, sobre os materiais utilizados de suporte à aprendizagem dessas pessoas. Entretanto, buscando compreender o que dizem os profissionais da educação sobre a qualidade, identificou-se de forma pungente o fator humano, entendendo que a qualidade na educação, na perspectiva inclusiva, deve atentar para a formação profissional que leve em conta o desenvolvimento de um perfil capaz de atender a essa demanda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. (2007). Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000400005&lng=pt&nrm=iso>.

BARDIN, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- BRASIL (2013). Ministério da Educação. *Documento orientador programa incluir - na Educação Superior*. SECADI/SESu. Disponível em: <file:///C:/Users/pcli/Downloads/doc_ori_progincl.pdf>.
- BRASIL (2004). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.296*, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.
- BRASIL (1996). Ministério da Educação. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.
- BRASIL (2008). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº555, de 5 de junho de 2007. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>.
- BRASIL (2010). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº555, de 5 de junho de 2007. In: *Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial.
- BRASIL (2015). *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.
- DOURADO, Luiz Fernandes. (2007). Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (2009) A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>.
- DRUGG, Katia Issa; ORTIZ, Dayse Domene. (1994). *O desafio da educação: a qualidade total*. São Paulo: Makron Books.
- GADOTTI, Moacir. (2013) Qualidade na educação: uma nova abordagem. In: Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem. Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis: Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2013. p. 1-18.
- NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual; RIOS, Mônica Piccione Gomes. (2014). Qualidade na Educação Básica: ações e estratégias dinamizadoras. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 359-390. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41062/28858>>.
- NETTO, Carla; OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de. (2011). Equidade e Qualidade na Educação Superior no Brasil: o acesso por meio da Educação a Distância. *Revista Educação por Escrito – PUCRS*, v. 2, n. 1. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/9038>>.

- PLETSCH, Márcia Denise. (2011). A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). *Revista Teias*, v. 12, n. 24, p. 39-55. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/801>>.
- PINSONNEAULT, Alain. KRAEMER, Kevin L. (1993). Levantamento metodologia de pesquisa em sistemas de informação de gestão: uma avaliação. *Jornal de Sistemas de Gestão da Informação*, v.10, n.2. p.75-105. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br/read03/artigo/guia-2.htm>>.
- SANTOS, Ligia Pereira dos Santos; SOUSA, Robson Pequeno. (2011). Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva? SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. G. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Orgs.). *Tecnologias digitais na educação*. Campina Grande: EDUEPB.
- SILVA, Ana Maria Costa e. (2000). A formação contínua de professores: uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 72, p. 89-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4195.pdf>>.
- UNESCO. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

